



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 16/2016

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 07 de setembro de 2016


----- Aos sete dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para agradecer a antecipação da reunião conforme requerida, na última reunião de câmara (27 de julho), bem como solicitar igualmente a antecipação da reunião de 28 para 21 de setembro, pelas 11.00 h, a fim de serem analisados e votados assuntos a submeter à reunião do órgão deliberativo, que está agendada para o próximo dia 29 de setembro. A proposta foi aceite por unanimidade. -----

1

 ----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para fazer uma breve retrospectiva dos eventos ocorridos, durante os meses de verão, deixando de seguida uma palavra de apreço e agradecimento a todos os intervenientes (colaboradores da Edilidade, Associações/Clubes e população em geral) nas referidas atividades. Destacou ainda as Jornadas Técnicas "*Opuntia Ficus-Indica de Alcoutim*", bem como o 1.º Circuito Urbano de Martim Longo. -----

----- O presidente da Câmara interveio para corroborar com as palavras proferidas. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º170) respeitante ao dia 06 de setembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.671.233,76; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.396.089,27; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 267.732,34 -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 15/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 27 de julho de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador José Galrito, aprovar a referida Ata, por não estar presente na reunião. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – EMISSÕES TELEVISIVAS/EMISSION DOS GALAXOS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira,



no valor de € 332,10 (trezentos e trinta e dois euros e dez cêntimos), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face com despesas relacionadas com a manutenção e reparação de equipamentos (emissões televisivas). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DO PARQUE DE MERENDAS E AUTO CARAVANISMO DO PEREIRO – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da liberação parcial de caução de 15 % na importância de € 1.311,75 (mil trezentos e onze euros e setenta e cinco cêntimos), referente ao 3.º ano, ficando remanescente o valor de € 2.186,25 (dois mil cento e oitenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos). -

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----


----- **EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE MONTES DO RIO – APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO - RATIFICAÇÃO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho de aprovação do mapa de trabalhos, preço base e prorrogação de prazo, resultante dos erros e omissões aceites, proferido em 26 de julho de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DO PARQUE DE MERENDAS E AUTO CARAVANISMO DO PEREIRO – LIBERAÇÃO PARCIAL DE GARANTIA BANCÁRIA:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no



sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial de Garantia Bancária de 15 % na importância de € 1.311,75 (mil trezentos e onze euros e onze centimos), referente ao 3.º ano, da garantia bancária n.º 125-02-1779210 emitida pelo Banco Comercial Português S.A, ficando remanescente o valor de € 2.186,25 (dois mil cento e oitenta e seis euros e vinte e cinco centimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **NUMERAÇÃO DE POLÍCIA – APROVAÇÃO PARA A TRAVESSA DA TELECOM – ALCOUTIM - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho n.º 50/2016 de 26 de julho de 2016, em que aprova os números de polícia para a Travessa da Telecom – Alcoutim, datado de 26 de julho de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DE HOMENAGEADOS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal :-----

1. Deliberar a atribuição de medalhas municipais (honra e mérito) às seguintes personalidades, nas modalidades, graus e campos especificados, de acordo com o artigo 13.º do Regulamento de Medalhas Municipais: -----

Galardoado	Modalidade	Grau	Campo
Francisco Augusto Caimoto Amaral	Honra	Ouro	-
Maria da Conceição Macedo Pires da Cunha	Mérito	Ouro	Saúde e intervenção social



Epifânio Vicente Soares Correia	Mérito	Prata	Educação e desporto
Cónego Manuel Oliveira Rodrigues	Mérito	Prata	Intervenção Social

2. Que a Câmara Municipal delibere a atribuição da medalha municipal de bons serviços e dedicação aos funcionários do Município que completem 20 anos de serviço (grau bronze), 30 (grau prata) e 35 (grau ouro), de acordo com o artigo 11.º do Regulamento de Medalhas Municipais; -----

3. Que a Câmara Municipal delibere igualmente a atribuição da medalha municipal de bons serviços e dedicação aos funcionários do Município que completem 21 a 29 anos de serviço (grau bronze), 31 a 34 anos (grau prata) e mais de 35 anos (grau ouro), dado tratar-se do primeiro ano em que existe a atribuição oficial de tal medalha, no âmbito do referido Regulamento; -----

Funcionário	Anos de serviço efetivo	Grau
Arnaldo Lourenço Martins Mestre	36	Ouro
Fernando Manuel Gonçalves Alho Conceição	36	Ouro
José Lourenço Ventura Filipe	36	Ouro
José Manuel da Palma Pereira Rodrigues	36	Ouro
José Eduardo Dias Horta	35	Ouro
Rosa Maria Dias Gonçalves Lourenço	33	Prata
António Martins Valério	32	Prata
Fernando José Dias Vilão	32	Prata
Fernando Inácio Guerreiro Cavaco	31	Prata
José Gonçalves Fatal	31	Prata
António José Pereira Lourenço	30	Prata
Arlindo José Diogo Mestre	30	Prata
Avelino Custódio Madeira	30	Prata



Paulo José Nascimento Ginja	30	Prata
António José Fachas Lopes	25	Bronze
Fernando Silvestre Afonso Martins	25	Bronze
Francisco Pedro da Palma Domingos	25	Bronze
João Manuel Teixeira Simão	25	Bronze
Mário Dias Guerreiro	25	Bronze
Norberto Manuel Vicente Tendeiro	25	Bronze
António Manuel Dias Gomes	24	Bronze
Carolina Maria Mendes Lopes Ribeiros	24	Bronze
Daniel José Rodrigues Martins	24	Bronze
Elsa Maria da Conceição Teixeira	24	Bronze
José Sebastião	24	Bronze
Maria do Rosário Dias Vilão Lourenço	24	Bronze
Noémia Afonso Rodrigues Góis Martins	24	Bronze
Paulo Jorge Colaço Ribeiros	24	Bronze
João Manuel Braisinha Tendeiro Mestre	23	Bronze
José Anastácio Rodrigues	23	Bronze
Manuel Henriques	23	Bronze
António Manuel Dias Agostinho	21	Bronze
Cristina Maria Gomes Afonso	21	Bronze
Epifânio Vicente Soares Correia	21	Bronze
Eurico Guerreiro Vicente	21	Bronze
Fernando Teixeira Martins Fernandes	21	Bronze
Henrique Siu Fang Hou	21	Bronze
Maria da Conceição Pereira Constantino Agostinho	21	Bronze




Sandra Perpétua Palma António Pereira	21	Bronze
Vitor Manuel Lourenço Rodrigues	21	Bronze
Amadeu de Jesus Carvalho Morais	20	Bronze
António Francisco Conceição	20	Bronze
Humberto Filipe Gomes Teixeira	20	Bronze
Joaquim Alves Teixeira Afonso	20	Bronze
José João Martins Palma	20	Bronze
Josélia Teixeira Vicente Rodrigues Palma	20	Bronze
Luís Miguel Canelas Martins	20	Bronze
Mário Teixeira Gonçalves	20	Bronze
Nélson Martins do Nascimento	20	Bronze
Vítor Martins Melo	20	Bronze

A votação por escrutínio secreto e caso a caso, de acordo com o preceituado no n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento. A deliberação da Câmara Municipal, para se tornar executória, carece de aprovação de maioria de 2/3 dos seus membros em efetividade de funções; -----

A entrega das medalhas municipais no Dia do Município, 9 de setembro de 2016, no âmbito do n.º 3 do artigo 15.º do Regulamento; -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para mencionar que teve conhecimento que o sr. presidente "*já informou as pessoas que vão ser homenageadas*", pelo que considera que a atitude não foi a mais correta, visto que o assunto, conforme consta no ponto quatro da proposta, carece da aprovação de 2/3 da maioria dos membros em efetividade. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para referir que apenas deu nota que iria fazer a proposta, na reunião de Câmara, dado que considera que se não tomasse essa atitude seria "*deselegante*" para com os homenageados, tendo a vereadora acrescentado que é da opinião que a informação deveria ser dada após a votação. O presidente continuou a sua intervenção referindo que a

 sua atitude foi para evitar constrangimentos, dado que no ano transato, a Comissão de Atribuição de Medalhas *"propôs uma pessoa e ela não aceitou"*.

----- O vereador José Pereira interveio para salientar igualmente que não concorda que tivesse existido a informação por parte do presidente aos homenageados; sem que ocorresse a votação, dado que a mesma necessita de 2/3 da concordância dos presentes, tendo o presidente usado da palavra para mencionar que apenas informou que *"iria propor, e também ouvir a opinião dos mesmos"*. De seguida o vereador referiu que não corrobora com o sr. presidente, dado que *"não fica bem"*, bem como discordar com o conteúdo da Ata, no que concerne à atribuição da medalha ao cónego Manuel Oliveira Rodrigues, uma vez que se depreende que o mesmo foi o fundador da Associação Inter-vivos, o que não é correto, dado que a mesma foi criada por um grupo de jovens que detetaram carências a nível do desporto, cultura, etc, no Nordeste Algarvio, tendo o presidente realçando que quando a Associação foi criada já o cónego Manuel Rodrigues não se encontrava em Martim Longo. --

----- Passou-se de seguida, à votação, por escrutínio secreto: -----

Francisco Augusto Caimoto Amaral, Honra, Ouro; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Maria da Conceição Macedo Pires da Cunha, Mérito, Ouro, Saúde e Intervenção Social; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Epifânio Vicente Soares Correia, Mérito, Prata, Educação e Desporto; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Cónego Manuel Oliveira Rodrigues, Mérito, Prata, Intervenção Social; -----



R

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 4 (quatro); -----

----- Abstenções: 1 (uma); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Arnaldo Lourenço Martins Mestre, Bons Serviços e Dedicação, Ouro; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Fernando Manuel Gonçalves Alho Conceição, Bons Serviços e Dedicação
Ouro; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

José Lourenço Ventura Filipe, Bons Serviços e Dedicação, Ouro; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

José Manuel da Palma Pereira Rodrigues, Bons Serviços e Dedicação, Ouro;

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

José Eduardo Dias Horta, Bons Serviços e Dedicação, Ouro; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Rosa Maria Dias Gonçalves Lourenço, Bons Serviços e Dedicação, Prata; ---

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

4

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

António Martins Valério, Bons Serviços e Dedicação, Prata; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Fernando José Dias Vilão, Bons Serviços e Dedicação, Prata; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Fernando Inácio Guerreiro Cavaco, Bons Serviços e Dedicação, Prata; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

José Gonçalves Fatal, Bons Serviços e Dedicação, Prata; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

António José Pereira Lourenço, Bons Serviços e Dedicação, Prata; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Arlindo José Diogo Mestre, Bons Serviços e Dedicação, Prata; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Avelino Custódio Madeira, Bons Serviços e Dedicação, Prata; -----

10 

R

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Paulo José Nascimento Ginja, Bons Serviços e Dedicação, Prata; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

António José Fachas Lopes, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Fernando Silvestre Afonso Martins, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Francisco Pedro da Palma Domingos, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

João Manuel Teixeira Simão, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Mário Dias Guerreiro, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstencões: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Norberto Manuel Vicente Tendeiro, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstencões: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

António Manuel Dias Gomes, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstencões: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Carolina Maria Mendes Lopes Ribeiro, Bons Serviços e Dedicação, Bronze;

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstencões: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Daniel José Rodrigues Martins, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstencões: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Elsa Maria da Conceição Teixeira, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstencões: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

José Sebastião, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstencões: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Maria do Rosário Dias Vilão Lourenço, Bons Serviços e Dedicação, Bronze;

R

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Noémia Afonso Rodrigues Góis Martins, Bons Serviços e Dedicação, Bronze;

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Paulo Jorge Colaço Ribeiros, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

João Manuel Braisinha Tendeiro Mestre, Bons Serviços e Dedicação, Bronze;

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

José Anastácio Rodrigues, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Manuel Henriques, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

António Manuel Dias Agostinho, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----



4

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Cristina Maria Gomes Afonso, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Epifânio Vicente Soares Correia, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Eurico Guerreiro Vicente, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Fernando Teixeira Martins Fernandes, Bons Serviços e Dedicação, Bronze;

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Henrique Siu Fang Hou, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Maria da Conceição Pereira Constantino Agostinho, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Sandra Perpétua Palma António Pereira, Bons Serviços e Dedicação, Bronze;

R

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Vítor Manuel Lourenço Rodrigues, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Amadeu de Jesus Carvalho Morais, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

António Francisco Conceição, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Humberto Filipe Gomes Teixeira, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Joaquim Alves Teixeira Afonso, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----

----- Votos Contra: 0 (zero); -----

José João Martins Palma, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----

----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----

----- Abstenções: 0 (zero); -----





----- Votos Contra: 0 (zero); -----
Josélia Teixeira Vicente Rodrigues Palma, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----

----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----
----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----
----- Abstenções: 0 (zero); -----
----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Luís Miguel Canelas Martins, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----
----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----
----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----
----- Abstenções: 0 (zero); -----
----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Mário Teixeira Gonçalves, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----
----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----
----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----
----- Abstenções: 0 (zero); -----
----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Nélson Martins Nascimento, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----
----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----
----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----
----- Abstenções: 0 (zero); -----
----- Votos Contra: 0 (zero); -----

Vítor Martins Melo, Bons Serviços e Dedicação, Bronze; -----
----- Membros Presentes: 5 (cinco); -----
----- Votos Favoráveis: 5 (cinco); -----
----- Abstenções: 0 (zero); -----
----- Votos Contra: 0 (zero); -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE ALCOUTIM – ANO LETIVO DE 2016/2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da

R

Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar com base dos artigos constantes no Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo “ Dr. João Dias” articulados com a alínea hh) número 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro: -----

a) A abertura de concurso público para candidatura às bolsas de estudo para o ensino superior, referente ao ano letivo de 2016/2017; -----

b) Que seja fixado o número máximo de bolsas em 35, no valor de € 100,00 (cem euros) por mês, durante dez meses, e; -----

c) Que seja constituída a Comissão de Análise das Candidaturas, pelos seguintes elementos: Josélia Teixeira Vicente Rodrigues Palma (Técnica Superior); Maria Alexandra Marques Cavaco (Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência); António da Costa Amorim (Diretor do Agrupamento de Escolas do concelho de Alcoutim); Dois eleitos, um de cada partido político, com representação na Câmara municipal a nomear por cada bancada. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, e designar os srs vereadores José D’Assunção Pereira Galrito (PS) e Dr.ª Dalila Barros (PSD) para integrar a comissão.-----

----- **AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO DE 2016/2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro atribuir: -----

Alimentação; -----

O pagamento do valor relativo ao almoço a todas as crianças a frequentar os infantários e as escolas do concelho que frequentam o berçário, creche, pré-escolar, ATL, 1.º, 2.º e 3.º ciclo; -----

Aos meninos do 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo será pago o valor não participado pelo Ministério da Educação; -----

O respetivo pagamento será feito diretamente ao Agrupamento de Escolas e às IPSS’s do concelho com a apresentação do mapa mensal de presenças; -----

Encargos Estimados (Alimentação) – € 17.000,00 (2016) e € 43.000,00 (2017);-

Auxílio Económico a Título Individual; -----

A atribuição de um auxílio económico no valor de € 60,00, a todos os alunos do 1.º, 2.º e 3º ciclo; -----

A atribuição de um auxílio económico no valor de € 70,00 a todos os alunos que frequentem o ensino secundário e ensino profissional; -----

A atribuição de um auxílio económico no valor de € 300,00 a todos os alunos que frequentem um CET – Curso de Especialização Tecnológica ou Equivalente; -----

Encargos Estimados – Auxílios Económicos individuais - € 15.000,00 (2016); € 0,00 (2017); -----

A título individual; -----

Atribuição de um auxílio económico para os alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclo, no valor de € 2.500,00, a atribuir em duas tranches, uma no início do ano letivo e a segunda no final do 1.º semestre; -----

Encargos Estimados – Auxílios Económicos coletivos - € 1.250,00 (2016); €1.250,00 (2017);-----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que a alteração existente na área da Ação Social prende-se com os apoios às turmas (€ 300,00), uma vez que o presidente do Agrupamento de Escolas, prof. António Amorim transmitiu que havia falta de equidade na distribuição dessa verba entre turmas, e como tal apresentou o assunto para discussão no Conselho Municipal de Educação. Findou referindo que os encargos com as turmas passa a um valor fixo e distribuído em duas tranches (€ 1.250,00 cada). -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar esclarecimentos nos encargos estimados, na rubrica da alimentação e auxílios económicos coletivos, tendo o presidente usado da palavra para referir que a distribuição dos referidos encargos foi efetuada de acordo com o previsto na despesa por ano económico. O vereador questionou de seguida o valor gasto no ano transato, no que concerne à alimentação, tendo o presidente mencionado que prestará essa informação posteriormente. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para informar que já não se designa CET – Curso de Especialização Tecnológica ou Equivalente, mas sim TSP – Técnicos Superiores Profissionais. -----

R

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **APOIO A PRÉ POSICIONAMENTO DE ECIN - AHBVA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar a atribuição de um apoio financeiro extraordinário, no montante de € 3.000,00 (três mil euros), de acordo com as alíneas o) e u) do número um do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para fazer face às despesas com a Equipa de Combate a Incêndios (ECIN). -----

----- Os vereadores Srs. José Pereira e Drª Dalila Barros não participaram na discussão e votação deste ponto, ausentando-se da Sala, por se considerarem impedidos nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte da Direção da AHBVA e serem parte interessada. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO PAROQUIAL DE MARTIM LONGO – SERVIÇO DE FISIOTERAPIA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 3.900,00 (três mil e novecentos euros), ao Centro Paroquial de Martim Longo (CPM), para fazer face às despesas com o serviço de fisioterapia. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para mencionar que tem dúvidas em relação ao assunto em questão, dado que a documentação facultada aborda diversos assuntos (infraestruturas, melhoramentos, aquisição de viatura, energia elétrica etc.), sem mencionar a área da fisioterapia. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que no pedido

de apoio genérico, onde estão referenciadas todas as áreas em que Centro Paroquial pretende ser apoiado, contudo, este documento pretende unicamente apoiar com verbas destinadas a pagar a parte não comparticipada do estágio profissional que funcionou no CPM, na área da fisioterapia, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e as custas inerentes à ocupação do espaço (eletricidade, aquecimento, etc). -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para frisar que não coloca as culpas no representante do CPM e que votará favoravelmente o assunto, uma vez que concorda "*com este tipo de serviço*", bem como informar que o que coloca em causa mais uma vez é a documentação facultada, dado que a "*bota não bate com a perdigota*", tendo o presidente referindo que existe um quadro, na documentação, que faz referência ao assunto da fisioterapia, em que solicita também a revisão do protocolo. O vereador José Pereira interveio para mencionar que isso "*é que é grave, dado que solicita e não é alterado*". -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), fixar para o ano de 2017, a taxa sobre os prédios urbanos de 03%; e para os efeitos previstos no n.º 5 do CIMI, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **REDUÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A APLICAR EM 2017 – COEFICIENTE FAMILIAR:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente

R

ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar para os efeitos no n.º 1 do artigo 112-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar nomeadamente € 20,00 para um dependente, € 40,00 para dois dependentes e € 70,00 para três ou mais dependentes, bem como para os efeitos previstos no n.º 1 do CIMI, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE/FESTIVAL DO MARISCO – OLHÃO - ISENÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho n.º 3457/2016, de 29 de julho de 2016 em que no uso da competência dada pelo n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento da Atividade Publicitária e com os n.º 2 e 3 do artigo 10 do Regulamento das Taxas e Licenças, autorizar o licenciamento da publicidade ao festival do Marisco, requerida pelo Município de Olhão, e conceder a isenção do pagamento da taxa devida. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar a

ratificação do despacho 52/2016, de 11 de agosto, que junto se anexa à presente proposta, em que, de acordo com a alínea g) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, determinei alienar a parcela de terreno do domínio privado municipal, identificada no Sistema de Inventário e Cadastro Municipal com o NI 412, à Srª Rosária Cavaco Teixeira Baptista, pelo valor de € 3.750,00, conforme proposto pela Comissão de Avaliação do Património Municipal, constante na Ata n.º 01/2016, de 10 de março de 2016. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Drª. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto oral: *"A razão do nosso voto contra, no que concerne à Alineação de Parcela de Terreno do Domínio Privado Municipal, prende-se por um princípio de coerência, uma vez que na reunião de treze de maio de dois mil e quinze, votamos contra, por não concordar com a alienação da referida parcela de terreno"*. -----

----- **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar para efeitos no n.º 2 do artigo 26.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e pelos motivos considerados, manter para o ano de 2017 a participação variável no IRS em 0%, bem como nos termos da alínea ccc) número 1 do artigo 33.º do Anexo I Lei 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos constantes na alínea c) número 1 do artigo 25.º da mesma lei, submeter a deliberação de Câmara Municipal eu recair sobre o presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E COMUNIDADES PORTUGUESAS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte

integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do protocolo de cooperação, que tem por objeto o estabelecimento de cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o município de Alcoutim, nas áreas em que ambos os órgãos tenham manifesto interesse, nomeadamente ações que apoiem os cidadãos que pretendam emigrar e dos que se encontrem a residir e a trabalhar nos países de acolhimento, etc. -----

----- A vereadora Dr.ª Dalila Barros interveio para questionar, com base na cláusula quarta do referido protocolo (compromissos do Município de Alcoutim), quais as despesas para a Edilidade ou se o projeto em causa vai ser integrado noutra estrutura, como por exemplo o Espaço Cidadão. -----


----- O presidente da Câmara interveio para informar que não existirá quaisquer custos associados, bem como informar que não se justifica um gabinete específico para essa área, ficando um responsável afeto em complementaridade de funções. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS DE ALCOUTIM – LIBERAÇÃO PARCIAL DE GARANTIA BANCÁRIA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação da Liberação Parcial de Caução, nos termos da informação técnica.-

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar remeter para a Assembleia Municipal, o supramencionado relatório, para

 cumprimento da competência do referido órgão, expressa na alínea h) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso: “ *Eu queria chamar para o seguinte, a segunda folha, refere uma verba no montante total superior a 232.000,00 mil euros, através dos contratos interadministrativos e contratos programa para as Juntas de Freguesia. Acho este valor de facto elevado para ser atribuído às juntas, porque não vejo qualquer apoio à população que gaste este montante, eu gostava que o sr. presidente depois me esclarece-se, porque a única coisa que eu vejo de apoio a população, serão as limpezas. Este valor é quatro ou cinco vezes mais do que o anterior executivo concedia nas limpezas e não é por isso que as limpezas estão melhores, do que eram feitas antigamente, antes pelo contrário, estão muito piores*”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que o assunto será esclarecido posteriormente, dado que o mesmo não se prende com o assunto em discussão. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para discordar com o presidente, uma vez que a informação apresentada pela vereadora consta no referido relatório, tendo o presidente frisando que a Câmara Municipal “*apenas aprova*” o envio do documento para a Assembleia Municipal, não procede à votação. O vereador continuou a sua intervenção referindo que “*possuem*” dúvidas em relação ao documento e o sr. presidente “*não as quer esclarecer, é a forma de ver a democracia*”, tendo o presidente salientando que “*não se trata de não querer prestar os devidos esclarecimentos*”. O vereador deu nota ainda que o documento contem algumas inverdades “*e muitas, já no ano passado o tinha*”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar, no seguimento do referido em relação “*às diversas formas de ver a democracia*”, que não se lembra do documento ser apresentado, em mandatos anteriores, “*quer mais democracia que esta sr. vereador?*”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para salientar que foi o próprio que

chamou o assunto à discussão tal como o assunto dos 2/3 na votação dos pontos desde o início do seu mandato, porém, o presidente ignorou cometendo ilegalidades, em relação aos 2/3. Continuou referindo que no relatório do direito de oposição constam considerandos *“que não são verdadeiros”*, exemplificando os requerimentos apresentados por escrito, uma vez que houve questões que não foram cumpridas, *“em relação à questão dos 2/3, porque o senhor passou-me um atestado de incompetência em relação ao assunto”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para salientar que desconhecia a existência deste documento, dado que *“não se lembra de termos votado isto na Câmara Municipal, em anteriores mandatos”*, tendo a vereadora acrescentado que *“o senhor não solicitava, nós pedimos, o erro é seu”*, bem como lamentar o facto de não poder questionar qualquer assunto que conste no relatório de avaliação do cumprimento do direito de oposição, uma vez *“que tem a sua opinião”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir *“ não temos palavra, não podemos questionar nada, apresenta-nos isto e nós engolimos em seco”*, bem como salientar que considera que o documento deveria ter sido facultado à oposição para pronúncia, para posterior aprovação da Câmara. -----

----- O presidente da Câmara interveio novamente para mencionar que apenas compete à Câmara Municipal remeter o documento para a Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta, tendo sido apresentada a seguinte declaração de voto (oral), que se passa a transcrever: *“Nós votamos contra porque o referido relatório apresenta informação que não corresponde à verdade dos factos, como tem ficado demonstrado através das atas das reuniões de câmara”*. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO E CULTURAL DE MARTIM LONGO (ADECMAR) – PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo

R

parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho n.º 57, datado de 30 de agosto de 2016, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em que atribui uma comparticipação financeira de € 400,00 à ADECMAR, para fazer face as despesas relacionadas com o Evento VI Concurso “Aromas e Sabores com figo da Índia”.

----- O vereador José Pereira interveio para proferir o seguinte discurso: *“Eu gostava só de fazer um considerando em relação a este assunto e tem a ver com o seguinte, não sei se estão recordados, quando veio aqui a atribuição do subsídio para as festas de Martim Longo, tal como os outros todos, e eu na altura coloquei a questão em relação a Junta de Freguesia de Giões, em comparação com a Junta de Freguesia de Martim Longo, atribuiu-se à Junta de Freguesia de Giões um subsídio para fazer face as festas, que já não sei precisar o valor (dois mil, três mil, não me recordo), atribuímos a Junta de Freguesia de Martim Longo um subsídio para fazer face as festas. Recordam-se na altura eu ter dito, vamos ver o que vem a seguir em relação a mais pedidos, esta é uma atividade que concordo, uma atividade que está integrada nas festas de Martim Longo, e está a ser subsidiada pela porta do cavalo, mais uma volta à parte, em relação aos outros, uma injustiça, apesar de concordar”.*

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra para mencionar *“eu também gostava de dizer uma coisa que é o seguinte, quando estas coisas aconteciam com a Associação A Moira, as coisas eram muito criticadas, a final de contas vocês acabam por fazer o mesmo e perceber o porquê de ser assim. Ainda bem que aprendemos ao longo dos tempos. Eu lembro-me de uma queixa à Inspeção Geral da Administração Local (IGAT), em que a Associação A Moira era corrupta, e são coisas que eu não posso esquecer da V/ parte”.*

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que desde que tomou posse em dois mil e treze, *“foi facultado”* todo o apoio solicitado e necessário à Associação *“A Moira”* ou a qualquer outra associação/clube. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio novamente para mencionar que *“não é isso que está em causa”,* dado que *“está a falar do tempo em que a Câmara Municipal, tal como faz, no momento para a ADECMAR, efetuava pagamentos através da Associação A Moira”,* para a realização de

eventos/iniciativas, sendo acusada, perante o IGAT que "*ficávamos com o dinheiro, tendo o meu nome e da D. Lurdes Cruz sido postos em causa*", como tal considera uma atitude injusta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CERTIDÃO – COMPROPRIEDADE: PROCESSO N.º 162/2016 – MARIA ADELAIDE CASIMIRO OEIRAS TEIXEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com artigo matricial n.º 5 e secção 073 no sítio da Herdade das Madeiras, em nome de Arminda das Neves, Custódia Maria Neves Lourenço Pereira, Filomena Maria das Neves da Conceição Manuel, José da Palma Neves e Maria José Palma Nascimento Lobo, que se pretende em regime de 7 compartes e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão, nas proporções de: 1/12 em nome de José Alves da Palma Teixeira ; 1/12 em nome de Maria Rita Alves Teixeira Afonso; 1/12 em nome de Manuel Alves da Palma Teixeira; 3/8 em nome de José Teixeira da Palma; 1/8 em nome de Alberto Cavaco da Palma Teixeira; 3/16 em nome de Maria Adelaide Casimiro Oeiras Teixeira e 1/16 em nome de José Oeiras Rodrigues Teixeira. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES 2016/2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a alínea gg) artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Plano de Transporte para o ano letivo

de 2016/2017. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA PROLONGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS DURANTE A FESTA DE MARTIM LONGO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 58:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho n.º 58, datado de 01 de setembro de 2016, que determinou ao abrigo do n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos, o prolongamento dos horários dos estabelecimentos comerciais nos dias associados às festividades de Martim Longo até às 4 horas, hora limite prevista no regulamento. -----

Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA O PROLONGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS DURANTE A FESTA DE ALCOUTIM:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, autorizar o prolongamento dos horários dos estabelecimentos comerciais nos dias associados às festas de Alcoutim até às 4 horas, hora limite prevista no regulamento. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** O sr. José Constantino, representante

da empresa “ Ventos do Mediterrâneo”, usou da palavra para elaborar uma pequena resenha sobre a aquisição de um lote na Zona Industrial, nomeadamente sobre o contrato promessa (07 de agosto de 2015) já contratualizado, sem que tenha sido efetuada a escritura, e como tal gostaria de saber o ponto de situação, dado que tem conhecimento da abertura de candidaturas a fundos comunitários.-----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para informar que a Edilidade já possui um parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) sobre o assunto, no entanto, como se apresenta inconclusivo, solicitou à Comissão de Análise novo parecer à PLMJ – Sociedade de Advogados, RL, e nesse sentido informará o requerente aquando da receção desse novo parecer. -

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcútem, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 07 de setembro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas doze horas e cinquenta e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcútem que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário

